

A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DE UMA LINHAGEM ACADÊMICA NA ANTROPOLOGIA BRASILEIRA. Marina Moura Locchi, Christina de Rezende Rubim. – Sub-área Antropologia – Departamento de Sociologia e Antropologia – Faculdade de Filosofia e Ciências – Campus de Marília.

Peirano (2004) afirma que a orientação em antropologia faz parte integrante da vida na universidade, e, além disso, engloba um processo complexo de construção de carreiras que garante a reprodução, a continuidade e a expansão da disciplina a partir de orientações teóricas, estilos acadêmicos e perspectivas pessoais. Para a autora, somos elos de uma seqüência de gerações, e é por meio da orientação que dois pesquisadores vivem uma relação estreita de cumplicidade teórica. Atenta, não somente para o aspecto formal da orientação, mas também para um experimento antropológico que poderá vir a ser uma contribuição para a disciplina.

Para a autora, na antropologia não há teoria separada da história da disciplina, sendo que combinadas formam uma história teórica, interna à prática da antropologia, pois a teoria antropológica é “teoria-e-história” da antropologia, o que singulariza o seu olhar e seu fazer nas ciências sociais. Isto ocorre, segundo Peirano (2004), pois os antropólogos contestam verdades do senso-comum de uma época com as suas experiências de campo, sendo que, além disso, confronta também a teoria antropológica acumulada enriquecendo-a, corrigindo-a ou contestando-a em um diálogo com os seus sujeitos de pesquisa. Neste sentido, afirma que, na antropologia, as linhagens teóricas-disciplinares são mais relevantes que as supostas ‘escolas’, [decorrendo disso] que é necessário distinguir dois tipos de reconstrução do passado: a história teórica – que lê os clássicos a partir de uma perspectiva interna, reconhecendo e construindo vínculos temáticos e analíticos –, e a história da antropologia – que engloba o contexto daqueles que pensaram questões antropológicas.

Esta pesquisa, portanto, parte da idéia encontrada em Peirano (2004), de que a análise da história teórica não resulta apenas de uma seqüência de obras e autores, mas principalmente examina os problemas e as questões que formam um repertório aberto que, continuamente renovado em novas perguntas ou formulações, produz um movimento espiralado e não linear.

Partindo deste pressuposto, seriam as monografias/dissertações/teses o capital mais significativo da disciplina, por indicar a relação entre teoria e pesquisa de campo? Ou seja, os fundamentos da antropologia não são estáticos devido ao diálogo produzido entre as idéias e os autores? O orientador, neste sentido, é o intermediário entre a etnografia/teoria acumulada e o pesquisador, com sua vivência no cotidiano da pesquisa. Assim, é responsabilidade do orientador expandir as linhagens intelectuais das quais faz parte, dando continuidade a disciplina de forma criativa e transformadora.

A presente pesquisa, neste sentido, tem como objetivo compreender a construção histórica de uma linhagem acadêmica na antropologia do Brasil.

Para compreender a construção histórica de uma linhagem acadêmica, pretendo construir a trajetória intelectual da professora Doutora Lux Boeliz Vidal no contexto das pesquisas etnológicas na Universidade de São Paulo (USP). Analisando os espaços acadêmicos ocupados por seus orientandos na temática indígena brasileira e reconhecer as suas relações com a disciplina em cada instituição.

Para compreender a construção de uma linhagem acadêmica no Brasil, esta pesquisa partirá da metodologia proposta por Geertz (2000) de se fazer uma etnografia do pensamento.

Geertz (2000) em seu livro *O Saber Local* propõe a transposição do método antropológico para o estudo das chamadas “comunidades científicas”, pois, para ele, os intelectuais contemporâneos vivem em bandos, conhecem-se razoavelmente bem, utilizam uma linguagem comum e possui uma carreira determinada por regras pré-estabelecidas, o que denomina etnografia do pensamento. Ou seja, são os intelectuais “nativos” de um determinado território profissional e nacional.

Assim, para o autor, é característica do estudo do pensamento ser um empreendimento histórico, sociológico, comparativo e interpretativo, cujo objetivo é tornar assuntos obscuros mais inteligíveis, dando-lhes um contexto informativo. Neste sentido, o pensamento compreendido “etnograficamente” é uma descrição do mundo específico onde o pensamento analisado faz algum sentido.

Decorrente de seu método interpretativo, Geertz (2000) enfatiza que o estudo do pensamento envolve um tráfico das formas simbólicas, disponíveis em qualquer comunidade, sendo a sua análise parte essencial da interpretação. Assim, deve-se considerar a cognição, a emoção, a motivação, a percepção, a imaginação, a memória entre outros significados culturais como sendo, “coisas sociais”.

A realização desta etnografia será baseada em entrevistas, leituras de memoriais, análise de currículos Lattes e levantamento das obras e pesquisas realizadas.

A pesquisa que está em construção portanto, ainda não há uma conclusão. Por ora, no entanto, podemos identificar vários grupos inter-institucionais no sentido do que propõe Peirano, sendo a profa. Lux Vidal, referência significativa de uma determinada trajetória intelectual e, portanto, responsável por uma determinada linhagem.

Lux Vidal começa sua carreira acadêmica no final da década de sessenta fazendo parte de uma geração de antropólogos que além, das atividades didáticas, acadêmicas e administrativas na universidade, participava da luta pela causa indígena, defendendo os direitos dos índios, suas terras, suas línguas e suas culturas.

Laraia (1987) mostra que nos anos setenta, a época de maior repressão política e de desenvolvimento da etnologia indígena, cresceu também a preocupação com o destino destas populações. Assim, a etnologia deste período seria uma resposta as ameaças decorrentes de muitos projetos desenvolvimentistas idealizados pelos governos militares de então. Neste momento, Sol Tax (*apud* LARAIA, 1987) propõe uma ‘antropologia da ação’ que implica no comprometimento do antropólogo com a comunidade estudada. Outra característica do período são os estudos em que predominavam uma ênfase na análise da situação interéctica, a partir das noções de identidade, minorias étnicas e etnia.

Para Durham (1982), a década de setenta inovou com o conjunto de projetos de desenvolvimento comunitário, elaborados em colaboração com a Fundação Nacional dos Índios (FUNAI). Baseavam-se na estimulação da participação indígena na resolução de seus problemas e no sentido de promover a sua autonomia econômica. Neste sentido, os projetos acabaram por esbarrar em práticas da FUNAI além de conflitarem com interesses de grupos econômicos poderosos regionalmente, o que provocou um processo de boicote burocrático em relação aos antropólogos com acusações pessoais. Ou seja, essa parceria se estabeleceu apenas por um curto tempo.

Mas, a iniciativa desses antropólogos prosseguiu em outras linhas, através da fundação de associações civis de apoio ao índio e de trabalho indigenista. Durham (1982) afirma que estas organizações para a ação política por parte dos antropólogos tinham como contrapartida a organização dos índios em entidades próprias, num movimento realmente inovador no quadro das sociedades indígenas.

Neste contexto, em março de 1979, é fundada a ONG, Centro de Trabalho Indigenista (CTI), por antropólogos e indigenistas que já trabalhavam com alguns grupos indígenas do Brasil. Sua missão é contribuir para que os povos indígenas assumam o controle efetivo de toda e qualquer intervenção em seus territórios, esclarecendo-lhes sobre o papel do Estado na proteção e garantia de seus direitos constitucionais.

Alguns orientados da professora Lux Vidal – Regina Aparecida Pólo Muller, Gilberto Azanha, Dominique Tilkin Gallois, Maria Elisa Ladeira e Sonia da Silva Lorenz – trabalham nesta ONG que ainda atua no apoio direto aos povos indígenas, visando repassar-lhes recursos e assessoria técnica com o objetivo de instrumentar aqueles povos para que possam atingir o maior grau possível de auto-suficiência econômica e política, porém dentro de parâmetros socioculturais dados pelas – e sob o domínio das – próprias comunidades indígenas.

Assim podemos perceber uma certa continuidade neste tipo de antropologia que visa a ajuda aos povos estudados.

Referências Bibliográficas:

- DURHAM, Eunice R. Os problemas atuais da pesquisa antropológica no Brasil. In. Revista de Antropologia, vol.25, São Paulo, 1982
- GEERTZ, Clifford, O Saber Local: Novos ensaios em antropologia interpretativa, Editora Vozes, Petrópolis, 2000
- LARAIA, Roque de Barros, Etnologia Indígena Brasileira Um Breve Levantamento, Série Antropológica nº 60, 1987

PEIRANO, Mariza , Os antropólogos e suas linhagens in CORRÊA, Mariza e LARAIA, Roque (Orgs.) Roberto Cardoso de Oliveira Homenagem (31-47) Campinas, UNICAMP/IFCH, 1992

PEIRANO, Mariza G. S., Antropologia no Brasil (Alteridade Contextualizada), in O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995)- Antropologia volume 1, Editora Sumaré, São Paulo 1999

PEIRANO, Mariza, A Teoria Viva: Reflexões sobre a orientação em antropologia, Brasília, 2004, disponível em www.unb.br/ics/dan/serie349empdf.pdf acessado em 11/07/2006.

www.trabalhoindigenista.org.br acessado em 29/09/2006